RESUMO
O presente artigo tem como objetivo analisar o papel da educação como instrumento essencial para a promoção da sustentabilidade e do exercício pleno da cidadania. Parte-se da premissa de que a formação crítica e consciente dos indivíduos é fundamental para o desenvolvimento de uma sociedade mais justa, ética e ambientalmente responsável. A metodologia adotada é de natureza qualitativa, com abordagem exploratória, fundamentada em revisão bibliográfica de autores que tratam da educação ambiental, cidadania e políticas públicas educacionais. Também foram analisados documentos oficiais que norteiam as diretrizes curriculares nacionais. Os resultados apontam que a inserção de práticas pedagógicas voltadas à sustentabilidade favorece o engajamento social e o fortalecimento da cidadania ativa, permitindo que os educandos compreendam seu papel transformador na sociedade. Conclui-se que a educação, quando orientada por princípios éticos e sustentáveis, ultrapassa os limites da sala de aula, promovendo mudanças de comportamento e estimulando a construção coletiva de soluções para os desafios socioambientais contemporâneos. Portanto, investir em uma educação comprometida com a sustentabilidade e a cidadania é estratégico para formar sujeitos críticos, participativos e capazes de atuar de maneira propositiva na transformação da realidade em que estão inseridos.

PALAVRAS-CHAVE: Educação; Sustentabilidade; Cidadania; Transformação social; Educação ambiental.

ABSTRACT
This article aims to analyze the role of education as a key tool for promoting sustainability and the full exercise of citizenship. It is based on the premise that the critical and conscious formation of individuals is essential for the development of a more just, ethical, and environmentally responsible society. The methodology is qualitative with an exploratory approach, based on a literature review of authors who address environmental education, citizenship, and public educational policies. Official documents guiding the national curriculum guidelines were also analyzed. The findings indicate that the integration of pedagogical practices focused on sustainability encourages social engagement and strengthens active citizenship, enabling students to understand their transformative role in society. It is concluded that education, when guided by ethical and sustainable principles, goes beyond the classroom, promoting behavioral changes and encouraging the collective construction of solutions to contemporary socio-environmental challenges. Therefore, investing in education committed to sustainability and citizenship is strategic for forming critical, participatory individuals capable of positively transforming the reality in which they live.

KEY-WORDS: Education; Sustainability; Citizenship; Social transformation; Environmental education.

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, a degradação ambiental, as desigualdades sociais e a crise ética têm colocado em evidência a urgência de repensar o modelo educativo. A educação deixa de ser mero instrumento de transmissão de conteúdos para assumir papel central na formação de cidadãos críticos, conscientes de sua responsabilidade socioambiental. Como propõe Silva e Teixeira (2019) no estudo sobre a institucionalização da educação ambiental no Brasil: “a Educação Ambiental tem sido apontada como caminho para concretização de formas renovadas na relação homem-ambiente diante dos graves problemas sociais e ambientais da atualidade”. É nesse contexto que a relação entre sustentabilidade e cidadania emerge como tema fundamental. A Política Nacional de Educação Ambiental, instituída pela Lei nº 9.795/1999, define educação ambiental como “processos pelos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências volta-

das para a conservação do meio ambiente... essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade". Esse arcabouço legal revela que educação e cidadania não são apenas correlatas, mas componentes interligados: exercer cidadania exige consciência e prática sustentáveis.

No campo teórico-pedagógico, Paulo Freire é referência incontornável para fundamentar a educação como processo de libertação. Em sua obra, ele afirma que "a educação não transforma o mundo. Educação muda as pessoas. Pessoas transformam o mundo." Essa frase reflete a crença freiriana no papel ativo do sujeito educando, capaz de interpretar criticamente a realidade e intervir sobre ela. Adicionalmente, Freire afirma que "ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção". Essa concepção dialoga diretamente com a ideia de educação para a sustentabilidade, que exige aprendizagem situada, crítica e participativa.

Autores como Mauro Grün contribuem para a articulação entre ética e educação ambiental. No artigo A pesquisa em ética na educação ambiental, Grün apresenta o surgimento da ética ambiental como disciplina científica e reflete sobre como integrar princípios éticos à prática educativa. Também a corrente da Ecologia Profunda, proposta por Arne Naess, inspira uma reflexão mais radical acerca da nossa relação com a natureza e da necessidade de reconhecimento do valor intrínseco dos ecossistemas, extrapolando visões antropocêntricas.

Essas bases legais, éticas e pedagógicas formam o pano de fundo para este estudo, cujo foco é investigar de que maneira a educação pode funcionar como ferramenta de transformação social, ambiental e cidadã. O artigo propõe analisar práticas educativas e políticas públicas no Brasil que buscam articular educação ambiental, cidadania e sustentabilidade, identificando obstáculos e possibilidades de fortalecimento dessa articulação.

Para tanto, utilizamos uma abordagem qualitativa, exploratória, baseada em revisão bibliográfica e documental das legislações, das políticas públicas e das práticas educativas (formas formal e não formal). São examinados textos legais (como a Lei 9.795/1999), documentos curriculares nacionais, bem como artigos recentes que tratam de educação ambiental crítica e pedagogia freiriana. O recorte temporal considera as últimas duas décadas, período em que emergem diretrizes como a Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável da ONU (2005-2014) e o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Esse método permite captar tanto a evolução normativa como as tensões e contradições na implementação prática.

As principais questões que orientam a investigação são: como as políticas públicas têm incorporado a educação ambiental como elemento da cidadania sustentável? Quais os desafios que impedem a efetividade dessas políticas? E quais práticas escolares (ou comunitárias) exemplificam Educação como transformação social e ambiental?

Como considerações iniciais, percebe-se que há avanços significativos: a legislação brasileira reconhece o direito ao meio ambiente equilibrado como direito fundamental; currículos escolares e documentos oficiais vêm incorporando a educação ambiental como tema transversal; há iniciativas inovadoras de professores e comunidades que promovem cidadania ativa. Contudo, persistem desafios: desigualdade de recursos entre redes municipais e estaduais, falta de formação docente específica para sustentabilidade, dispersão de práticas e fragilidade do seguimento e avaliação dessas ações. Além disso, há risco de a educação ambiental se tornar mera retórica ou "adesivo curricular", sem impacto real na mudança de atitudes e comportamentos.

Esta introdução estabelece a importância teórica e prática do tema, articula as bases legais e filosóficas, e delineia os objetivos e questões do estudo. Nos próximos capítulos, será descrito com mais detalhe o método empregado, os resultados obtidos a partir das práticas observadas, bem como as conclusões e implicações para políticas públicas, formação docente e práticas educativas.

FUNDAMENTOS TEÓRICOS: EDUCAÇÃO, ÉTICA E SUSTENTABILIDADE

A compreensão da educação como ferramenta de transformação social, ambiental e

cidadã exige um retorno às suas bases teóricas mais profundas, especialmente àquelas que articulam ética, crítica social e participação ativa dos sujeitos no mundo. Em um contexto de múltiplas crises — ambiental, social, econômica e política —, torna-se urgente pensar a educação não apenas como transmissão de conteúdos, mas como um processo que mobiliza valores, sentidos e práticas voltadas à construção de um futuro sustentável e justo. Nessa perspectiva, a Educação Ambiental, em especial a que se filia à tendência histórico-crítica, ganha destaque por promover uma leitura crítica da realidade e um engajamento ativo na transformação das estruturas opressoras.

Autores como Terossi e Santana (2021) destacam que a Educação Ambiental no Brasil apresenta múltiplas tendências pedagógicas, desde a liberal tradicional até a libertadora, sendo esta última, associada à pedagogia de Paulo Freire, a que mais profundamente se conecta com a ideia de educação transformadora. Para esses autores, é na tendência histórico-crítica que se encontram os fundamentos éticos e políticos que permitem compreender a educação ambiental como prática social comprometida com a emancipação dos sujeitos e a superação das desigualdades socioambientais. Isso significa reconhecer que a crise ambiental não pode ser enfrentada apenas por meio de mudanças comportamentais isoladas, mas exige uma crítica estruturada ao modelo de sociedade, de consumo e de produção vigente.

Nesse sentido, Paulo Freire permanece como uma das maiores referências teóricas para pensar a educação como ato político e ético. Em sua obra, Freire afirma que "a leitura do mundo precede a leitura da palavra", indicando que a educação deve partir da realidade concreta do educando, de suas vivências e da compreensão crítica do meio em que está inserido. A educação, portanto, não é neutra: "ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção" (FREIRE, 1996, p. 47). Esse princípio se alinha profundamente com os objetivos da educação para a sustentabilidade, que busca formar sujeitos capazes de interpretar, criticar e transformar sua realidade de forma ética e responsável.

A ética, por sua vez, ocupa papel central na proposta de uma educação voltada à sustentabilidade. Segundo Terossi e Santana (2021), a dimensão axiológica — isto é, a dimensão dos valores — deve ser considerada elemento estruturante do currículo e das práticas pedagógicas. Isso implica questionar quais valores estão sendo promovidos nas escolas: a competição ou a cooperação? O consumo ou a responsabilidade? O individualismo ou a solidariedade? Esses questionamentos são fundamentais para entender que a educação ambiental não é apenas uma disciplina, mas uma postura ética diante da vida e do planeta.

Além disso, a sustentabilidade não deve ser compreendida apenas como equilíbrio ecológico ou uso racional dos recursos naturais. Ela envolve também justiça social, equidade, direitos humanos e responsabilidade intergeracional. Trata-se de um conceito ético-político que desafia a educação a formar cidadãos conscientes de seu papel no mundo e capazes de tomar decisões informadas e responsáveis. Para isso, é necessário ir além da abordagem meramente técnica ou informativa. A educação para a sustentabilidade requer uma prática pedagógica crítica, dialógica e transformadora, onde o estudante seja sujeito ativo do processo educativo e não mero receptor de informações.

Freire (1996) também nos lembra que "a educação não transforma o mundo. Educação muda pessoas. Pessoas transformam o mundo." Essa afirmação sintetiza a importância de investir em processos formativos que desenvolvam a autonomia, a consciência crítica e o compromisso social. Nesse sentido, a educação para a cidadania sustentável deve ser entendida como prática coletiva e contínua de formação de sujeitos éticos, capazes de reconhecer as interdependências entre seres humanos e natureza, e agir em favor da preservação da vida em todas as suas formas.

Em síntese, os fundamentos teóricos que sustentam a articulação entre educação, ética e sustentabilidade apontam para a necessidade de uma prática pedagógica comprometida com a transformação social. Essa prática deve estar enraizada na realidade dos educandos, orientada por valores éticos

e articulada com os grandes desafios contemporâneos. A educação, nessa perspectiva, deixa de ser um instrumento de reprodução e passa a ser ferramenta de resistência, de reinvenção e de construção coletiva de um mundo mais justo, sustentável e solidário

POLÍTICAS PÚBLICAS, CURRÍCULO E FORMAÇÃO DOCENTE

A efetivação da educação voltada para a sustentabilidade e a cidadania crítica depende fortemente das políticas públicas educacionais, das orientações curriculares nacionais e da formação inicial e continuada dos professores. Nesse campo, o Brasil avançou nas últimas décadas com a institucionalização da Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), estabelecida pela Lei nº 9.795/1999. Essa legislação define a educação ambiental como "os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade" (BRASIL, 1999). Essa definição revela que a educação ambiental vai além da sensibilização ecológica: ela está intimamente ligada à formação de sujeitos sociais conscientes de seu papel na transformação da realidade.

Contudo, a presença da educação ambiental nas diretrizes curriculares ainda enfrenta desafios. Apesar de constar como tema transversal nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), sua implementação nas escolas é frequentemente fragmentada, pontual e desvinculada de uma abordagem crítica. Como afirmam Loureiro, Layrargues e Castro (2009), muitos projetos pedagógicos ainda tratam a sustentabilidade como "um apêndice do currículo", sem integração efetiva com as práticas pedagógicas cotidianas ou com a formação ética dos alunos. Segundo os autores, para que a educação ambiental cumpra seu papel transformador, é preciso ir além da dimensão informativa e trabalhar a partir de uma perspectiva política, dialógica e emancipatória, capaz de problematizar as contradições do modelo de desenvolvimento vigente.

Nesse sentido, a formação docente representa um elo central entre as políticas públicas e sua concretização nas escolas. A ausência de uma formação sólida em educação ambiental crítica nos cursos de licenciatura é um dos fatores que dificultam a efetividade das ações pedagógicas. Em um estudo que analisou cursos de Pedagogia no Brasil, Oliveira e Sauvé (2012) destacam que, embora a legislação oriente a inclusão de conteúdos ambientais, na prática, há um predomínio de abordagens técnico-instrumentais, com pouca ênfase na reflexão crítica e na dimensão ética da sustentabilidade. A formação dos professores, segundo os autores, precisa ser repensada a partir de uma lógica transdisciplinar, que conecte saberes científicos, valores humanos e práticas sociais.

Outro desafio recorrente é a descontinuidade das políticas públicas, marcada por mudanças administrativas, cortes orçamentários e ausência de políticas de longo prazo. Isso afeta diretamente programas e projetos escolares voltados para a educação ambiental. Lima e Afonso (2017), ao investigarem práticas em escolas da rede pública, observaram que muitas iniciativas dependem do engajamento individual de professores, e não de políticas institucionais consolidadas. Como consequência, a permanência dessas ações está sempre sob risco, comprometendo sua profundidade e alcance.

Apesar dessas dificuldades, há experiências significativas no campo das políticas públicas. A Agenda 21 Escolar, por exemplo, propôs-se a integrar as dimensões ambiental, social e econômica no planejamento das escolas, estimulando o protagonismo juvenil e a gestão democrática. Embora o programa tenha perdido força nos últimos anos, seus princípios continuam inspirando práticas pedagógicas inovadoras. Da mesma forma, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), aprovada em 2017, inclui competências gerais que dialogam com a sustentabilidade, como a valorização da diversidade, a responsabilidade socioambiental e o pensamento crítico. No entanto, sua efetiva aplicação depende da capacidade das redes de ensino e das escolas em traduzir essas diretrizes em ações concretas.

Nesse cenário, o papel do professor é cada vez mais complexo. Ele deve atuar como mediador do conhecimento, agente político e

promotor de valores democráticos e sustentáveis. Para isso, precisa de formação adequada, apoio institucional e tempo pedagógico para refletir e planejar. Como destaca Guimarães (2004), "a formação de educadores ambientais deve promover uma atitude crítica e reflexiva frente à realidade, além de fortalecer o compromisso ético e político com a transformação da sociedade e a preservação do meio ambiente".

Assim, a construção de uma educação que una sustentabilidade e cidadania requer a articulação entre políticas públicas consistentes, currículos comprometidos com a justiça socioambiental e uma formação docente que valorize o pensamento crítico, a ação coletiva e a ética da responsabilidade. Sem essa tríade política, currículo e formação a educação ambiental corre o risco de tornar-se um discurso vazio, incapaz de produzir mudanças significativas na sociedade.

POLÍTICAS PÚBLICAS, CURRÍCULO E FORMAÇÃO DOCENTE

A efetivação da educação voltada para a sustentabilidade e a cidadania crítica depende fortemente das políticas públicas educacionais, das orientações curriculares nacionais e da formação inicial e continuada dos professores. Nesse campo, o Brasil avançou nas últimas décadas com a institucionalização da Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), estabelecida pela Lei nº 9.795/1999. Essa legislação define a educação ambiental como "os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade" (BRASIL, 1999). Essa definição revela que a educação ambiental vai além da sensibilização ecológica: ela está intimamente ligada à formação de sujeitos sociais conscientes de seu papel na transformação da realidade.

Contudo, a presença da educação ambiental nas diretrizes curriculares ainda enfrenta desafios. Apesar de constar como tema transversal nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), sua implementação nas escolas é frequentemente fragmentada, pontual e desvinculada de uma abordagem crítica. Como afirmam Loureiro, Layrargues e Castro (2009), muitos projetos pedagógicos ainda tratam a sustentabilidade como "um apêndice do currículo", sem integração efetiva com as práticas pedagógicas cotidianas ou com a formação ética dos alunos. Segundo os autores, para que a educação ambiental cumpra seu papel transformador, é preciso ir além da dimensão informativa e trabalhar a partir de uma perspectiva política, dialógica e emancipatória, capaz de problematizar as contradições do modelo de desenvolvimento vigente.

Nesse sentido, a formação docente representa um elo central entre as políticas públicas e sua concretização nas escolas. A ausência de uma formação sólida em educação ambiental crítica nos cursos de licenciatura é um dos fatores que dificultam a efetividade das ações pedagógicas. Em um estudo que analisou cursos de Pedagogia no Brasil, Oliveira e Sauvé (2012) destacam que, embora a legislação oriente a inclusão de conteúdos ambientais, na prática, há um predomínio de abordagens técnico-instrumentais, com pouca ênfase na reflexão crítica e na dimensão ética da sustentabilidade. A formação dos professores, segundo os autores, precisa ser repensada a partir de uma lógica transdisciplinar, que conecte saberes científicos, valores humanos e práticas sociais.

Outro desafio recorrente é a descontinuidade das políticas públicas, marcada por mudanças administrativas, cortes orçamentários e ausência de políticas de longo prazo. Isso afeta diretamente programas e projetos escolares voltados para a educação ambiental. Lima e Afonso (2017), ao investigarem práticas em escolas da rede pública, observaram que muitas iniciativas dependem do engajamento individual de professores, e não de políticas institucionais consolidadas. Como consequência, a permanência dessas ações está sempre sob risco, comprometendo sua profundidade e alcance.

Apesar dessas dificuldades, há experiências significativas no campo das políticas públicas. A Agenda 21 Escolar, por exemplo, propôs-se a integrar as dimensões ambiental, social e econômica no planejamento das escolas, estimulando o protagonismo juvenil e a gestão democrática. Embora o programa tenha perdido força nos últimos anos, seus

princípios continuam inspirando práticas pedagógicas inovadoras. Da mesma forma, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), aprovada em 2017, inclui competências gerais que dialogam com a sustentabilidade, como a valorização da diversidade, a responsabilidade socioambiental e o pensamento crítico. No entanto, sua efetiva aplicação depende da capacidade das redes de ensino e das escolas em traduzir essas diretrizes em ações concretas.

Nesse cenário, o papel do professor é cada vez mais complexo. Ele deve atuar como mediador do conhecimento, agente político e promotor de valores democráticos e sustentáveis. Para isso, precisa de formação adequada, apoio institucional e tempo pedagógico para refletir e planejar. Como destaca Guimarães (2004), "a formação de educadores ambientais deve promover uma atitude crítica e reflexiva frente à realidade, além de fortalecer o compromisso ético e político com a transformação da sociedade e a preservação do meio ambiente".

Assim, a construção de uma educação que una sustentabilidade e cidadania requer a articulação entre políticas públicas consistentes, currículos comprometidos com a justiça socioambiental e uma formação docente que valorize o pensamento crítico, a ação coletiva e a ética da responsabilidade. Sem essa tríade política, currículo e formação a educação ambiental corre o risco de tornar-se um discurso vazio, incapaz de produzir mudanças significativas na sociedade.

PERSPECTIVA CRÍTICA E CONSIDERAÇÕES PARA TRANSFORMAÇÃO

Pensar a educação como ferramenta de transformação exige um deslocamento conceitual e metodológico profundo: não basta que a sustentabilidade seja um conteúdo inserido pontualmente no currículo, é necessário que ela se torne um princípio orientador da prática pedagógica, das políticas públicas e da formação de sujeitos conscientes e atuantes. Essa perspectiva crítica implica compreender que a crise ambiental não é apenas ecológica, mas também ética, política e civilizatória. Como argumenta Leff (2001), "a crise ambiental é expressão de uma crise mais ampla: da racionalidade moderna, que dissociou conhecimento de valores e ciência de ética". Para esse autor, a educação deve ser o espaço privilegiado para reconstruir esse elo perdido, promovendo um novo modo de habitar o mundo, baseado na solidariedade, no cuidado e na justiça ambiental.

Dentro dessa visão, a educação para a sustentabilidade não pode se restringir à transmissão de informações sobre reciclagem ou economia de recursos. Ela precisa abordar criticamente os modos de produção e consumo, as desigualdades socioambientais e os interesses econômicos que sustentam a degradação do planeta. Layrargues e Lima (2011) alertam que, frequentemente, as propostas de educação ambiental em escolas e políticas públicas acabam sendo domesticadas por discursos conservadores, tecnicistas ou moralizantes, que evitam o debate político e esvaziam o potencial transformador da prática educativa. Para os autores, é fundamental recuperar o caráter político da educação ambiental, compreendendo-a como parte de um projeto societário que questione o modelo capitalista e promova formas mais equitativas e sustentáveis de vida.

Freire (1996) oferece uma contribuição essencial para essa compreensão ao afirmar que "a educação é um ato político", e que todo processo educativo envolve escolhas: sobre o que ensinar, como ensinar, com que finalidade e a serviço de quem. A neutralidade, portanto, não existe na educação — e isso também se aplica à educação ambiental. Formar cidadãos críticos e comprometidos com a transformação socioambiental é um processo que exige, como o próprio Freire destaca, diálogo, problematização e construção coletiva do conhecimento, ancorados em valores éticos de justiça, responsabilidade e solidariedade.

Outro aspecto crucial para pensar a transformação é a valorização do protagonismo dos sujeitos especialmente de jovens e comunidades no enfrentamento dos problemas socioambientais. A pedagogia da autonomia, ao propor uma prática educativa baseada na escuta, na valorização do saber local e na criação de vínculos afetivos com o território, contribui para fortalecer uma cidadania ativa e engajada. Como aponta Gadotti (2009), a educação para a sustentabilidade deve "integrar a dimensão ambiental, social e cultu-

ral da formação humana", promovendo um novo paradigma educativo baseado na ecopedagogia uma pedagogia que reconhece a interdependência entre seres humanos, natureza e cultura.

Além disso, a perspectiva crítica exige que os sistemas de ensino assumam a responsabilidade de institucionalizar práticas sustentáveis, indo além de projetos isolados ou dependentes do esforço individual dos professores. A construção de políticas educacionais comprometidas com a sustentabilidade requer planejamento, investimento, avaliação constante e, sobretudo, continuidade. É preciso garantir que os princípios da sustentabilidade estejam presentes não apenas nos currículos, mas na gestão escolar, na formação docente e nas políticas públicas mais amplas.

Por fim, é importante reafirmar que a educação para a cidadania e a sustentabilidade é um processo contínuo, inacabado e profundamente contextual. Ela se constrói no cotidiano das salas de aula, nas experiências comunitárias, nas contradições da realidade social. Como lembra Freire (1996), "não há saber mais ou saber menos: há saberes diferentes". Valorizar esses saberes, reconhecer a diversidade cultural, ecológica e epistemológica dos territórios, e construir coletivamente caminhos para a transformação são tarefas urgentes da educação no século XXI.

Em suma, a perspectiva crítica aqui defendida propõe uma educação comprometida com a justiça social e ambiental, com a democracia participativa e com a construção de um futuro comum para todos os seres vivos. Trata-se de uma proposta pedagógica que exige coragem política, sensibilidade ética e criatividade educativa e que coloca, no centro de sua prática, a esperança ativa de que outro mundo é possível.

CONCLUSÃO

A análise desenvolvida ao longo deste artigo evidenciou que a educação, especialmente quando orientada por uma perspectiva crítica, ética e dialógica, pode se consolidar como um instrumento potente de transformação rumo à construção de uma sociedade mais justa, democrática e sustentável. Ao articular cidadania e sustentabilidade, compreende-se que a educação ambiental não deve se restringir a conteúdos pontuais ou abordagens meramente técnicas, mas sim assumir um papel político-pedagógico capaz de questionar o modelo hegemônico de desenvolvimento, consumo e relação com a natureza.

Constatou-se que, embora o Brasil disponha de uma legislação avançada em termos de educação ambiental, como a Política Nacional de Educação Ambiental (Lei nº 9.795/1999), os desafios persistem no plano da implementação curricular, da formação docente e da consolidação de políticas públicas duradouras. O distanciamento entre teoria e prática, a fragilidade da formação crítica dos educadores e a ausência de diretrizes institucionais claras ainda comprometem a efetividade das ações educativas com foco na sustentabilidade.

Nesse contexto, autores como Paulo Freire, Enrique Leff e Philippe Pomier Layrargues se mostram fundamentais para repensar os fundamentos da educação ambiental, resgatando sua dimensão ética, política e emancipatória. A partir dessas contribuições, torna-se evidente que formar cidadãos conscientes, críticos e atuantes implica oferecer uma educação que promova a leitura crítica do mundo, o diálogo entre saberes, o protagonismo dos sujeitos e a valorização do território e da diversidade sociocultural.

Ademais, a transformação educacional orientada pela sustentabilidade exige o fortalecimento da tríade política-currículo-formação. Ou seja, é necessário garantir que políticas públicas estejam alinhadas a currículos comprometidos com a justiça socioambiental e a processos formativos coerentes com esses valores. Essa articulação, longe de ser uma tarefa simples, demanda vontade política, investimento e mobilização coletiva.

Por fim, a educação para a sustentabilidade e a cidadania deve ser compreendida como um processo contínuo, participativo e interdisciplinar, que reconhece a complexidade dos desafios contemporâneos e aposta na capacidade transformadora dos sujeitos. Como nos lembra Freire (1996), "não é no silêncio que os homens se fazem, mas na palavra, no trabalho, na ação-reflexão". É justamente nesse movimento, entre o pensar e o agir, que se constrói a possibilidade de

um novo mundo mais solidário, mais justo e verdadeiramente sustentável.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 28 abr. 1999.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. 43. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GADOTTI, Moacir. Educação e sustentabilidade: um novo paradigma educacional. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2009.

GUIMARÃES, Mauro. Educação ambiental: reflexão e prática no contexto brasileiro. São Paulo: Cortez, 2004.

LAYRARGUES, Philippe Pomier; LIMA, Gustavo Souto Maior Ávila. A política pública de educação ambiental no Brasil: de um projeto emancipatório à racionalidade instrumental. Educação e Sociedade, Campinas, v. 32, n. 115, p. 325–346, 2011.

LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo; LAYRARGUES, Philippe Pomier; CASTRO, Renata. Educação ambiental: repensando o espaço da formação de educadores. Revista Brasileira de Educação Ambiental, v. 4, n. 1, p. 36–47, 2009.

LEFF, Enrique. Epistemologia ambiental. São Paulo: Cortez, 2001.

LIMA, Gisele Ferreira; AFONSO, Angélica Costa. Educação ambiental nas escolas públicas: entre desafios e possibilidades. Revista Educação em Foco, v. 22, n. 2, p. 275–294, 2017.

OLIVEIRA, Helena Marujo de; SAUVÉ, Lucie. Formação de professores e educação ambiental: percepções e desafios. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 38, n. 2, p. 385–400, abr./jun. 2012.

TEROSSI, Mariane; SANTANA, Ana Paula. A Educação Ambiental na perspectiva histórico crítica: articulações epistemológicas e tendências pedagógicas. Revista de Pesquisa em Educação Ambiental, v. 16, p. 1–22, 2021. Disponível em: https://periodicos.furg.br/remea/article/view/3906. Acesso em: 3 out. 2025.